

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 3, jan/jun 2000, p. 286-325

A influência hermenêutica no atual referencial epistemológico da Sociologia

FERNANDO ANTÔNIO FERREIRA DE BARROS

Doutorando em Sociologia/UNIR, analista em C&T do CNPq

1. Introdução



Uma das questões mais marcantes, na história das ciências sociais, é a que diz respeito às dificuldades encontradas para se estabelecer um referencial epistemológico consensual. Como observa Reis (1987), a discordância teórica e empírica parece ser algo endêmico nas ciências sociais. Elas vivem/fluem através de escolas ou tradições, sendo geralmente consideradas multiparadigmáticas.

No caso da sociologia, que será objeto da reflexão a ser desenvolvida neste trabalho, verifica-se, desde os seus primórdios, o desenvolvimento de uma grande discussão em torno de seus pressupostos e procedimentos metodológicos. Concebida no contexto positivista do século XIX, como uma das "ciências fundamentais", a "física social" desencadeou, a partir da nova relação que estabelecia no campo científico entre o sujeito e o objeto do conhecimento, um grande debate relativo à validade do conhecimento por ela produzido. A esse questionamento, gerador de tantas polêmicas vinculadas às questões da objetividade e do método, seguiram-se

discordâncias teóricas à medida em que o estudo do homem em sociedade foi se afirmando como ciência.

Acredito não ser impertinente, portanto, a hipótese de que é esse processo de discussão incessante para superação de problemas/entraves colocados, ao longo de sua trajetória histórica, que tem possibilitado à sociologia um enriquecimento de sua sustentação teórico-metodológica, ampliando, assim, continuamente os seus horizontes como ciência.

É dentro desta perspectiva, que este ensaio procurará destacar os principais momentos desse processo de construção, juntamente com seus pensadores e os construtos mais significativos que têm sido agregados ao referencial epistemológico da sociologia. Pretendo, dessa maneira, tornar evidente a contribuição da filosofia hermenêutica na formação de um possível consenso epistemológico na sociologia contemporânea, o que constitui o objetivo central deste trabalho.

Começarei, assim, por resgatar as principais idéias/noções que tiveram origem na filosofia positivista através de Comte, Spencer e Stuart Mill.

Num segundo momento, procurarei reunir as principais contribuições da teoria marxista e a base dos fundamentos durkheimianos que vieram a instituir a sociologia nos meios acadêmicos.

Em seguida, tentarei salientar as conexões existentes entre a sociologia compreensiva de Max Weber e a obra desenvolvida por Dilthey no início do século XX, a partir basicamente dos conceitos de objetividade e subjetividade elaborados pelos respectivos autores.

Posteriormente, mostrarei como as idéias trazidas por Gadamer e outros filósofos como Ricoeur, além de enriquecerem o debate hermenêutico, vieram a ter grande repercussão junto a correntes da sociologia contemporânea.

Finalmente, com base em textos de Anthony Giddens e Jeffrey

Alexander, irei focar o que esses autores denominam de queda do consenso ortodoxo - que prevaleceu até a década de setenta - e o crescimento de um novo referencial epistemológico que incorpora claramente elementos decorrentes do desenvolvimento da hermenêutica.

2. As bases originárias de fundamentação da sociologia: o contexto positivista e os principais precursores (Comte, Spencer e Stuart Mill)

Os fundamentos iniciais que vão dar origem e identidade à nova ciência que Augusto Comte chamou primeiramente de física social e mais tarde, em 1839, denominou de sociologia, estão sem dúvida associados a um conjunto de idéias que formatou, no século XIX, uma visão da existência humana que ficou conhecida como filosofia positivista. Na extensa obra, *Cours de Philosophie Positive*, desenvolvida por Comte, a ciência é vista como um elemento fundamental para o desenvolvimento espiritual do sistema social.

A crença também na predisposição do espírito humano para uma unidade de método levou Comte a postular, a partir da formulação que ficou conhecida como a lei dos três estados¹, a necessidade de se elevar o tratamento dos fenômenos sociais ao plano científico. Afirmava que os métodos teológicos e metafísicos, tanto como meio de investigação ou argumentação, não deveriam ser mais aplicados aos fenômenos sociais uma

¹ Segundo esta lei, a evolução intelectual da humanidade passaria por três estágios: o teológico, equiparado ao fictício, o metafísico, considerado como abstrato e o científico compreendido como positivo. Neste último, os fatos seriam ligados segundo idéias ou leis gerais; não se deveria instituir nenhuma hipótese que não pudesse ser verificada pela observação.

vez que não eram mais usados nas quatro principais categorias de fenômenos naturais (astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos). Ademais, na sua visão, essa homogeneidade metodológica de apreensão de todos os fenômenos observáveis, daria dimensão universal à filosofia positivista.

Embora reconhecesse que suas concepções não pudessem dar à física social/sociologia "o mesmo grau de perfeição que caracterizava os ramos já existentes da filosofia natural", Comte queria imprimir o caráter positivo² a essa nova ciência que poderia assumir o papel de compreensão da totalidade do social. Propôs, dessa maneira, que ela fosse classificada³, juntamente com a fisiologia (biologia), como ciência orgânica onde o espírito de síntese deveria prevalecer, na medida em que o conjunto era mais familiar que os elementos que o constituíam.

Assim, dentro de uma visão de ciência unificada, pretendida pelo positivismo, a sociologia teve seus primeiros fundamentos pautados quase que exclusivamente pelos princípios filosóficos e métodos relativos às ciências naturais. A partir da observação, experimentação, comparação e do método histórico, ela deveria estabelecer leis gerais relativas à vida em sociedade, contribuindo assim para previsões e possíveis intervenções.

Mas, como salienta Moraes Filho (1983), era no método histórico que

2Para Comte, cinco ciências (matemática, astronomia, física, química e fisiologia/biologia) já haviam alcançado o estágio de positividade e tinham elaborado uma teoria geral explicativa de seus respectivos objetos. A física social/sociologia completaria a hierarquia dessas outras ciências, relacionando-as com a própria história humana sempre relativa a cada época de seu desenvolvimento. Comte denominava esse processo de "regeneração das ciências" no qual retornava-se a visão do homem total, individual e social, como medida de todas as coisas, como critério de validade e utilidade dos conhecimentos científicos.

3É interessante ressaltar aqui alguns dos argumentos utilizados por Comte para elaboração de sua classificação das ciências. Tendo como referência básica o grau de proximidade do homem, Comte assinalava que à medida que uma ciência ascendia na escala classificatória, decrescia sua generalidade e aumentava sua complexidade. Rigorosamente a classificação começava pela astronomia, na medida em que a matemática era admitida como uma espécie de lógica geral de todas as outras ciências. A sociologia, nessa hierarquia das ciências, ocupava o grau mais elevado, uma vez que os fenômenos sociais eram considerados os mais complexos e o desenvolvimento das outras ciências dependia do seu conhecimento.

Comte fazia repousar a singularidade da sociologia. O filósofo positivista pregava um tratamento histórico alto, abstrato, com abandono do episódico e do anedótico, fixando somente a grande linha evolutiva da humanidade através de suas épocas homogêneas e diferenciadas. Entendia a sociedade como um todo global no qual funcionavam os diversos fatos sociais, sempre interdependentes entre si num relacionamento circular funcional⁴, tendo evitado as expressões de causa e efeito.

Como afirmava o próprio Comte (1983, p. 79), não havia pretensão nas explicações positivas, de se expor as causas geradoras dos fenômenos, pretendendo-se "somente analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras mediante relações normais de sucessão e similitude". Pregava com rigor, por outro lado, a substituição da imaginação pela observação pois reconhecia a dificuldade da observação no mundo social que diferentemente do mundo inorgânico tinha como objeto de pesquisa o próprio homem. Não deixava, porém, de ressaltar a importância da imaginação na elaboração das hipóteses de trabalho e nos planos de reforma social.

Aliás, como aponta Menzel (1941), preparar a reforma da sociedade para Comte era uma tarefa da ciência. Nesse sentido, sua sociologia deveria abranger não só o que era dado pela realidade mas também o que iria e deveria ser.⁵

4 Este era o ponto central da estática comtiana, a análise do "organismo" social. Na visão do autor, existia um consenso entre todos os fenômenos sociais, não podendo nenhum fato social ser observado isoladamente, pois sua identidade resultaria da posição que ocuparia na estrutura social. Já a parte dinâmica da sociologia correspondia ao estudo da evolução da humanidade, confundindo-se com a própria história.

5 Para compreender melhor essa necessidade - predominante entre os precursores e pioneiros da sociologia - de fazer do conhecimento sociológico um instrumento de ação, vale lembrar que a Europa do século XIX, em processo de transformação industrial esteve assolada por uma série de crises de natureza política, econômica, social e moral referidas por tantos autores. Assim, torna-se oportuno lembrar, por exemplo, dois depoimentos do jovem Comte, em cartas a seu amigo Valat no período de 1817 a 1824. No primeiro ele diz: "A miséria pública é enorme em Paris; o pão é muito caro e receia-se mesmo que venha a faltar. Não se pode dar um passo na rua sem ter o coração partido pelo aflitivo quadro da mendicância; a cada instante encontram-se operários sem pão e sem trabalho, e com tudo isso quanto luxo! Quanto luxo! Ah, como é revoltante, quando a tantos indivíduos falta o necessário absoluto!". No segundo declara: "Estou convencido de que a sociedade cairá em dissolução se daqui a duas ou três gerações não se conseguir formar um código de opiniões políticas e morais admitido sem contestação por todas as classes".

A sociologia positivista não foi fruto exclusivo do pensamento comtiano. Ela foi reforçada por contribuições importantes de outros autores como os filósofos ingleses Hebert Spencer e Jonh Stuart Mill. Spencer sobre a sociedade humana, na medida em que ele tomou como ponto de partida a lei universal da evolução. O autor entendia que a mesma força que formou de uma primeira nebulosa o sistema solar, que transformou a planta em animal, deu lugar à evolução da sociedade, transformando o organismo simples em super-organismo (Menzel, 1941). Outra influência inquestionável da obra de Spencer é a que diz respeito às analogias biológicas, tão presentes nas noções sociológicas positivas.

Existem, contudo, pontos divergentes entre os dois autores positivistas. Spencer toma a sociedade e não a humanidade como objeto da sociologia. Enquanto Comte outorga papel preponderante ao intelecto, Spencer considera também sentimentos e tendências psíquicas, concedendo um papel muito importante ao irracional. Leva, dessa maneira, mais em consideração a psicologia. Ao mesmo tempo, Spencer reconheceu claramente as dificuldades de uma sociologia objetiva, livre de valorações, referindo-se a “equação pessoal” do autor. Finalmente, há que se chamar a atenção para a posição individualista de Spencer em contraposição à de Comte que era radicalmente coletivista.

Jonh Stuart Mill – que manteve um diálogo direto com Comte até 1846 – participa, de forma mais crítica, sobretudo da discussão de algumas proposições metodológicas comtianas. Mill afirma, por exemplo, que a experimentação, mesmo indireta, é inaplicável em sociologia⁶. Seu livro *Logic* foi, no dizer de Giddens (1998), em muitos aspectos, a contrapartida do *Cours* no pensamento social de língua inglesa. Ele inaugura a tradição do empirismo. Suas posições relativas ao positivismo podem ser visualizadas

⁶ Para Comte a experimentação era possível nos estados de guerra e sociopáticos.

de forma mais completa no seu trabalho *Augusto Comte e o Positivismo*.

O legado positivista à formação teórico-metodológica da sociologia é comentado na atualidade sob vários aspectos. Fernandes (1960, p. 16), por exemplo, observa que essas primeiras tentativas de explicar a vida humana, em sociedade, estavam mais associadas a motivos filosóficos do que científicos e o que se costuma chamar de sociologia “em face de autores como Comte, Stuart Mill ou Spencer é, propriamente falando, uma Filosofia de Ação Humana – compreendendo reflexões que se aplicam a caracteres ou atributos universais da natureza humana e indagações em que essa natureza é explicada através de elementos variáveis das condições de existência.

Já Moraes Filho (1983, p. 38) diz que *confessadamente ou não, o pensamento sociológico de Comte influenciou diretamente a Spencer, Espinas, Ward, Durkheim e sua escola, chegando Raymond Aron, quanto a esses últimos a apontar uma continuidade até Claude Lévi-Strauss, por intermédio de Marcel Mauss*. O mesmo autor coloca que embora Comte confundisse o fático com o normativo, o sociológico com o filosófico, ele fez da Humanidade o objeto de sua ciência universal e ao ressaltar seu lado guerreiro e anticolonialista cita Marcuse: *A este respeito, a sociologia de Comte transcende os limites da filosofia de Hegel. A teoria positiva da sociedade não vê razão para confinar o desenvolvimento humano aos limites dos Estados nacionais soberanos. A humanidade, não o Estado, é universal real, ou melhor a única realidade*.

Moraes Filho (1983, p. 29) considera ainda que Comte ao afirmar que *não se pode explicar a humanidade pelo homem, mas antes o homem pela humanidade e para vos conhecer, conheci a história* transfigurou a teoria do conhecimento em sociologia do conhecimento, fazendo da humanidade o sujeito coletivo desse conhecimento, sempre relativo, segun-

do as necessidades e soluções de cada época. E complementa: *com essas idéias, antecipou-se Comte às idéias de Dilthey sobre a crítica histórica da razão, mostrando que o espírito não é algo de fixo e imutável sempre com as mesmas categorias.*

Por fim, o referido autor chama a atenção para a contribuição dada por Comte ao sistema conceitual da sociologia, salientando alguns “termos técnicos” por ele introduzidos tais como: contato social, conflito social, tipo ideal, classe social, societário, estrutura social, fato social, organização social, classe dirigente, classe ascendente, mobilidade, sistema social, função social, instituição social e desenvolvimento social.

Giddens (1998, p. 170-178), por sua vez, observa que algumas das principais tradições no pensamento nos últimos cem anos foram consideravelmente influenciadas pelo modo de articulação lógica estabelecido no *Cours de philosophie positive* escrito por Comte, e comenta ainda, de forma muito lúcida, que *tanto quanto se concebe a ciência social do século XX, a influência dos escritos de Comte deriva menos do seu impacto direto do que de seu remanejamento na versão de Durkheim no método sociológico.*

Por isso acredito que seja de suma importância, para o desenvolvimento deste ensaio, saber como os fundamentos positivistas repercutiram sobretudo no pensamento de Durkheim, por ele ser o primeiro autor a elaborar uma proposta metodológica adaptada à natureza particular dos fenômenos sociais. E este será um dos objetivos do próximo capítulo.

3. A epistemologia clássica: as contribuições de Durkheim e Marx

Apesar de divergir substancialmente do que ele chama de "metafísica positivista de Comte e Spencer", Durkheim deixa claro, já na introdução do seu clássico *Regras do Método Sociológico*, publicado em 1895, que os "sociólogos" do período positivista são seus principais "interlocutores" no processo de construção de sua proposta metodológica para a sociologia.

Critica, primeiramente, Spencer, por não tratar do problema metodológico nem mesmo no seu *Introduction to the Social Science*, e coloca que a referida obra procura apenas demonstrar as dificuldades e possibilidades da sociologia.

Observa depois que apesar de Stuart Mill ter se ocupado longamente com a questão, ele apenas passou "no crivo de sua dialética" as idéias comtianas a respeito da sociologia, não tendo agregado nada de pessoal. E finalmente afirma que o "único estudo original e importante" sobre o tema é o desenvolvido por Comte num capítulo do seu *Cours de Philosophie Positive*, embora considere sua sociologia pré-científica.

Declara também não se surpreender com essa "aparente despreocupação" dos "grandes sociólogos" citados, uma vez que eles "não saíram das generalidades sobre a natureza das sociedades, sobre as relações entre o reino social e o biológico, sobre a marcha geral do progresso" e que "para tratar dessas questões filosóficas não são necessários processos especiais e complexos", bastando avaliar comparativamente os méritos da dedução e indução.

Objetiva, assim, construir para a sociologia um método que se caracterize inicialmente por ser independente de qualquer filosofia. Explica que

tendo a sociologia aparecido a partir de grandes doutrinas filosóficas, ela guardara o hábito de se apoiar em algum sistema do qual acabava tornando-se solidária. Ficava conhecida então como positivista, evolucionista, espiritualista quando poderia ser unicamente sociologia. Aceitava a qualificação de naturalista somente se houvesse intenção de se indicar que os fatos sociais são naturalmente explicáveis.

Na sua visão, a explicação sociológica consistia em estabelecer relações de causalidade, quer se tratasse de ligar um fenômeno à sua causa ou uma causa a seus efeitos úteis. Para demonstração dessa causalidade quando fosse impossível a demonstração pela experimentação, fazia-se uso da comparação. Tinha Durkheim, portanto, o firme propósito de caracterizar a constituição da sociologia dentro dos mesmos padrões científicos das ciências naturais.

Dessa forma, Durkheim entendia que para se estender o racionalismo científico à conduta humana deveria-se sair de questões gerais para abordar problemas particulares, o que levaria necessariamente a práticas/processos de que a sociologia deveria se servir. Chama a atenção, dessa maneira, para uma série de questões que inclui, entre outras, a necessidade de uma definição objetiva do fato social, as precauções que devem ser tomadas na observação dos fatos, a maneira pela qual os principais problemas devem ser colocados e o sentido em que se deve nortear as pesquisas.

Procurou, desse modo, estabelecer regras metodológicas que poderiam garantir cientificidade aos estudos sociológicos. Em linha gerais, essas regras estão relacionadas à observação dos fatos sociais, à constituição de tipos sociais, à explicação dos fatos sociais, à distinção entre os conceitos de normal e patológico e à administração da prova em sociologia. Vale a pena, portanto, tentar destacar, de forma resumida, as principais caracterís-

ticas do método proposto por Durkheim.

Uma das preocupações básicas verificadas na metodologia durkheimiana está associada à questão da neutralidade no processo de construção do conhecimento sociológico. Dessa forma, Durkheim propõe que os fatos sociais sejam tratados como coisas. Esta regra, conforme explicita o autor, não implica nenhuma concepção metafísica. Ele reclama do sociólogo que ele se coloque num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos, fisiologistas quando se aventuram do seu domínio científico (Durkheim, 1984). Ao colocar-se diante de fatos cujas leis são desconhecidas, o cientista deve estar preparado para fazer descobertas que poderão "surpreendê-lo e desconcertá-lo".

Durkheim reconhecia, porém, a dificuldade que as pré-noções podem representar na atividade científica do sociólogo e admitia que a sociologia estava longe desse grau de maturidade intelectual por ele proposto. Criticava, assim, os sociólogos que se sentiam obrigados a dogmatizar sobre todos os problemas sociais e capazes de atingir através de um análise rápida a essência dos fenômenos complexos. E dizia que as teorias advindas desse tratamento exprimem mais a prenoção existente nos autores antes da pesquisa, do que os fatos abordados. Para ele, o que importa saber não é a maneira pela qual um pensador concebe individualmente determinado fato, mas sim a concepção que dele formula o grupo, pois só esta concepção é socialmente eficaz.

Nessa perspectiva, Durkheim apresenta uma outra proposição básica de seu método. Para ele, os fenômenos sociais têm uma realidade objetiva, sendo portanto exteriores aos indivíduos; só podem ser explicados por outros fatos sociais e apresentam uma maneira de ser constante, uma natureza que não depende do arbítrio individual.

Apesar da sociedade ser composta de indivíduos, seu substrato não repousa nas consciências individuais. É a própria sociedade que produz fatos específicos e não parte desta, ou seja, seus membros.⁷ São essas maneiras coletivas de agir ou pensar - denominadas de representações coletivas - que se apresentam como uma realidade exterior ao indivíduo. Constituem coisas sociais que têm existência própria e tornam-se reconhecíveis pela particularidade de serem suscetíveis de exercer influência coercitiva sobre as consciências particulares. Dessa forma, como observa Martins (87), Durkheim vê a sociedade como uma entidade exterior e transcendente aos indivíduos, enquadrando-os coercitivamente através dos costumes ou das normas sociais.

Cabe ainda acrescentar que a metodologia científica proposta por Durkheim, como ele próprio chama a atenção, já tinha sido exercitada no seu primeiro livro *A divisão social do trabalho*, tendo-se estendido a outros estudos como *O suicídio* e *As formas elementares da vida religiosa*. Neste último, ele declara (Durkheim, 1978, p. 206) ter tomado como objeto de investigação as religiões primitivas "unicamente por razões de método". Coloca, então, que para se compreender as religiões recentes, deve-se procurar na história a maneira pela qual elas se compuseram progressivamente. E afirma que a história é o único método de análise explicativa para se conhecer uma instituição em seus elementos constitutivos. E propõe: *Todas as vezes que se pretender explicar uma coisa humana, tomada em um determinado tempo - quer se trate de uma crença religiosa, de uma regra moral, de um preceito jurídico, de uma técnica estética, de um regi-*

7 É interessante destacar, como complemento do pensamento durkheimiano a esse respeito, duas observações feitas por Durkheim no prefácio da 2ª edição de *As regras do método sociológico*:

... "É certo que a idéia que fazemos das práticas coletivas do que constituem ou devem ser, representa um dos fatores de seu desenvolvimento" (pág. XXIII).

... "O fato de as crenças e práticas sociais nos penetrarem do exterior, não implica que as recebamos passivamente, sem lhes trazer modificações" (pág. XXXII).

me econômico - é preciso começar por retroceder até sua forma mais primitiva e mais simples (Durkheim, 1978, p. 207). O autor agrega, por conseguinte, um aspecto de sua proposta metodológica menos destacado na difusão de seu pensamento, confirmando a sua intenção - declarada no prefácio da 2ª edição de *As regras - de aprimorar as formulações do método*.

Apesar das inúmeras controvérsias que muitas das suas proposições metodológicas causaram - como as relativas à distinção entre o normal e o patológico - a contribuição de Durkheim vão ser amplamente difundidas e irão fundar uma tradição nas ciências sociais que ficou conhecida como racionalista-positivista.

Adepto, como Comte, da crença do papel da ciência fundada no Iluminismo, Durkheim acreditava que a verdade científica poderia vir a servir de base para a fundação de uma nova moral laica, como uma "religião" adequada às necessidades morais da época. Ao conclamar, contudo, os intelectuais para contribuírem no processo de amenização do funcionamento da máquina social - que ele via tão rude ainda para os indivíduos - Durkheim reconhecia os limites e justiça dessa participação. Assim, ao seu ver, cabia aos cientistas a ação através do livro, da conferência e das obras de educação popular. Como ele próprio se expressou: *Somos feitos para ajudar os nossos contemporâneos a reconhecerem-se nas suas idéias e sentimentos mais do que para os governar* (Durkheim, 1975, p. 252).

Sua contribuição, no entanto, não se limita nem ao seu clássico construto metodológico nem à institucionalização da sociologia como disciplina acadêmica. Durkheim desenvolveu também uma análise da sociedade capitalista de sua época que gerou uma linha de interpretação teórica do social que acabou por se caracterizar como método funcionalista. Nesta

visão, o princípio da integração opera para produzir a articulação orgânica e funcional dos componentes da realidade e a vida social não é concebida em termos históricos. Neste aspecto, vale lembrar que, como salienta Giddens (1998, p. 180), *Durkheim seguiu Comte de perto ao separar a explicação funcional (estática) da explicação histórica (dinâmica), ainda que criticasse tanto Comte quanto Spencer por reificarem o progresso: tratar o ímpeto para o auto-aperfeiçoamento como se fosse um causa geral da evolução da sociedade.*

E foi nessa linha de construção teórica sobre o capitalismo industrial moderno que se desenvolveu uma outra contribuição teórica-metodológica que se tornou clássica na história da sociologia. Trata-se da notável obra elaborada por Karl Marx.⁸

Antecessor de Durkheim, Marx não se preocupou com a formalização da sociologia. Desenvolveu, entretanto, análises de cunho sociológico que levaram a uma nova concepção da organização e desenvolvimento da vida em sociedade, que veio a ser denominada de materialismo histórico. Seu grande impacto está sem dúvida também associado ao fato dessa teoria ter se tornado um marco de referência para um regime político.

Todavia, como observa Giddens (1998, p. 23) a fragilidade de Marx repousa exatamente nos elementos que ele acreditava serem o fundamento de sua originalidade e de sua força: suas reflexões sobre a superação do capitalismo pelo socialismo. As contribuições mais permanentes de Marx, que lhe asseguram a posição de "clássico" e com as quais se estabelece um diálogo contínuo, residem na sua análise da ordem do capitalismo industrial, que ele incorretamente imaginou ter vida curta.

Nesse sentido, é importante, visualizarmos, ainda que em linhas

⁸Como comenta Aron (1986), se a grandeza de um pensador devesse ser medida pelos debates que suscitou ninguém nos dois últimos séculos poderia se comparar a Karl Marx.

gerais, em que se constitui a essência de sua teoria, algumas das principais categorias/conceitos que dão sustentação à sua análise e a base de sua orientação metodológica.

Quem melhor resume a concepção materialista da história ou materialismo dialético⁹ é o próprio Marx no Prefácio da Contribuição para a crítica da economia política (1986):

O resultado geral a que cheguei, e que, uma vez alcançado, serviu de guia a meus estudos pode ser assim sintetizado: na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, que são necessárias e independentes de suas vontades, relações de produção correspondentes a uma etapa do desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona, de maneira geral, o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas ao contrário, é a sua existência social que determina sua consciência. Num certo estágio de desenvolvimen-

9 A base filosófica dessa concepção tem origem na dialética hegeliana. Se para Hegel havia uma relação dialética entre racionalidade e realidade na qual, de forma resumida, o real seria a aparência externa do pensar/da idéia, para Marx é o oposto, pois afirmava que o ideal é o "material transformado e transportado para as mentes".

to, as forças produtivas da sociedade entram em choque com as relações de produção existentes, ou - o que é mera expressão jurídica dessa situação - com as relações de propriedade dentro as quais elas tinham atuado até aquele momento. Assim, essas relações deixam de ser formas de desenvolvimento das forças produtivas e se transformam em obstáculos para a sua evolução.

A categoria central do pensamento marxista é o trabalho que não só estabelece as relações entre os homens e entre estes e a natureza, como também produz a própria história. Segundo Marx a história não se faz através dos indivíduos, ela está fundada nas relações de classes. Como está dito no *Manifesto Comunista*, toda a história da sociedade humana, até os nossos dias, é a história das lutas de classes. O indivíduo está subordinado à sua situação de classe. A liberação individual só ocorre através do sujeito coletivo. Além desses, outros conceitos importantes como o de alienação, contradição, forças produtivas, infra-estrutura, super-estrutura, classe dominante, classe proletária e revolução e aqueles trazidos da economia política como fatores de produção, mercadoria, valor de uso, valor de troca e mais-valia foram incorporados, de alguma forma, ao sistema conceitual da sociologia.

Na dinâmica desse processo analítico, Marx também criou leis explicativas do desenvolvimento da sociedade, algumas associadas ao determinismo histórico. Reforçou, assim, a expectativa comtiana da possibilidade de formulação de leis precisas sobre a sociedade humana.

Pode-se, finalmente, dizer que a base metodológica formada a partir da construção do materialismo histórico/dialético consiste em se tomar como ponto de partida da investigação uma determinada realidade histórica - considerada como real concreto/particular - até se atingir uma visão estrutural mais ampla, e desse todo e suas contradições, poder se chegar a uma explicação mais precisa do particular. Essa relação contínua do todo e suas partes, impulsionada pelas contradições, é geralmente expressa como "tese > antítese > síntese >".

Como salienta ainda Giddens (1998), Marx antecipou alguns dos teoremas principais trabalhados por Durkheim e Weber. Mais do que isso, a obra de Marx parece ter estimulado e influenciado a linha de reflexão seguida por Weber. Em muitas de suas obras Weber claramente "dialoga" com Marx.

Weber como Durkheim, além de se dedicar ao estudo de singularidades, particularidades da configuração social do capitalismo moderno, vai pensar/retomar a discussão epistemológica em torno da sociologia. Seu trabalho teve sem dúvida grande impacto sobre os fundamentos metodológicos da nova ciência social, tendo inaugurado uma nova perspectiva científica para o conhecimento sociológico. No próximo capítulo tentarei resumir essa contribuição, sobretudo no aspecto relativo à questão da objetividade/subjetividade, na qual ele contou seguramente com o pensamento desenvolvido por Dilthey.

4. As tradicionais questões da objetividade e subjetividade a partir de Dilthey e Weber

A preocupação expressa de Dilthey no sentido de contribuir para a resolução do “problema das fundações filosóficas dos estudos humanos” tem início em 1883 no seu *Introduction to the Human Studies*. Ele observa que os procedimentos dos “estudos humanos” foram influenciados pelas “ciências físicas”, uma vez que seus métodos foram desenvolvidos primeiramente e extensivamente adaptados pelo grupo de disciplinas que eram chamadas de ciências da moral, da cultura ou do espírito/*geisteswissenschaften*, como denominadas por Kant.

A questão central colocada por Dilthey é se há possibilidade de se estudar formas particulares de existência humana cientificamente e como isso pode ser feito. Isso por conta da superposição entre o sujeito cognoscente e o objeto de conhecimento. Como ele próprio comenta (Dilthey, 1979, p. 175-176), os temas das *Geisteswissenschaften* não são impressões na medida em que são vividos, mas sim objetos criados pela cognição a fim de organizá-los (...) somente suas ações, criações e o efeito que elas têm sobre os outros, ensinam aos homens sobre si mesmos.

Dilthey sublinhava deste modo que o caráter subjetivo, de sentido, da conduta humana não tinha contrapartida na natureza; que enquanto as ciências naturais tinham desenvolvido explicações causais de eventos “exteriores”, as humanas preocupavam-se com a compreensão “interior” da conduta com sentido. Nessa linha de reflexão, como salienta Giddens (1998), Dilthey visualizou, juntamente com Droysen, que o contraste entre as noções de *Erklären* (explicação) e *Verstehen* (compreensão) estava no cerne da tradição das *Geisteswissenschaften*.

Terminará, assim, por sugerir, com base também em toda uma reflexão em torno da prática hermenêutica¹⁰, a *verstehen* como método/ procedimento pelo qual as ciências humanas obteriam acesso ao seu objeto temático; como uma operação que produziria evidência. E, de certa maneira, mantendo a tradição positivista, afirmará que o exercício da compreensão poderá ser realizado também de forma objetiva, possibilitando validade ao conhecimento sobre a ação humana¹¹. Essa objetividade, na sua visão, pode ser captada nas obras construídas pelos homens. E em clara discordância com Kant – que via na matemática o exemplo de como se apreender dados históricos e sociais – Dilthey toma a história como lastro. E ressalta que uma disciplina só pertence aos estudos humanos quando se pode abordar seu objeto através da conexão entre a vida, expressão e compreensão. Parte assim da experiência (*erlebnis*), passando pela expressão até chegar na compreensão.

A seguir, tentarei evidenciar o elo existente entre as idéias epistemológicas desenvolvidas por Dilthey e a base em que foi construída a sociologia compreensiva de Max Weber.

O primeiro questionamento feito por Weber face à possibilidade do conhecimento científico sobre a realidade social é em que medida ele é possível. Pergunta-se se o homem pode captar toda a realidade – que ao seu ver, apresenta-se caótica – ou apenas fragmentos dela? Tal como ela é, ou como a percepção e interpretação permitem?

De fato, a idéia da objetividade do conhecimento nas ciências humanas sempre pareceu problemática para Weber, tanto que ele usa o ter-

10A hermenêutica mantida em prática pela teologia e jurisprudência foi retomada por Dilthey que, num certo sentido, recuperou a tradição da Grécia de Aristóteles, dando-lhe um status filosófico.

11Embora Dilthey tenha, de certa forma, se contraposto às concepções de Comte e Stuart Mill que enfatizavam a continuidade do estudo científico da sociedade, ele tinha incorporado elementos importantes das idéias dos referidos autores na medida em que também enfatizou a necessidade de tomar as ciências humanas tão precisas e empíricas quanto as ciências da natureza (Giddens, 1998).

mo entre aspas, conforme salienta Cohn (1986). Cabe destacar, portanto, alguns do seus escritos a esse respeito.

Weber é categórico, por exemplo, ao afirmar que *não existe nenhuma análise científica totalmente "objetivada" da vida cultural ou dos fenômenos sociais que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais (grifo meu) graças às quais estas manifestações possam ser explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa (Weber, 1992, p. 124).*

Em outro momento afirma que:

a ciência social que pretendemos exercitar é uma ciência da realidade. Procuramos entender na realidade que está ao nosso redor e na qual nos encontramos situados (grifo meu), aquilo que ela tem de específico; por um lado as conexões e a significação cultural das nossas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais ela se desenvolveu historicamente de uma forma e não de outra. Acontece que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que ela se nos manifesta "dentro" e fora de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessivamente (Weber, 1992, p. 124).

Tendo em vista esta especificidade, é que Weber procurou elaborar um método que equacionasse racionalmente os impasses advindos da referida relação entre sujeito e objeto, ampliando, dessa forma, a dimensão científica da produção do conhecimento sociológico.¹²

Assim, sua proposta de ordenação conceitual da realidade empírica, parte da definição de sociologia como a ciência que pretende entender pela interpretação a ação/atividade social para poder, desta maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos. Como ação, continua Weber, deve-se entender toda a conduta humana (interna ou externa) sempre quando o sujeito ou sujeitos que a praticam, atribuam a ela um sentido. A ação social, por conseguinte, é aquela cujo sentido indicado por um sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento dos outros. Finalmente, sentido é o que é visado pelo sujeito e que pode ser encontrado na realidade, seja num caso historicamente dado, seja numa média de casos ou num tipo puro conceitualmente construído. Não se trata, porém, do sentido "justo" e "válido" (que seriam objetos de investigação da lógica, jurisprudência, ética e estética) mas sim o sentido subjetivo que remete ao campo do que o autor chama de ciências empíricas da ação, ou seja, a sociologia e a história.

É a compreensão, por outro lado, via interpretação racional, que irá permitir que se alcance a evidência do sentido. Todavia, como adverte Weber, o fato de uma interpretação possuir um grau particular de evidência não prova ainda nada quanto à sua validade científica (Freund, 1980). A compreensão, portanto, segundo Weber deve ser vista como um meio auxiliar que torna mais fácil a descoberta do sentido; as hipóteses formula-

12 A esse respeito, é interessante a observação feita por Freund (1980) de que o objetivo de Weber ao propor o método compreensivo não foi o de substituir a sociologia existente nem ultrapassá-la, mas sim completá-la e aprofundar aspectos até então deixados à margem.

das através desse auxílio devem ser confirmadas pela imputação causal ou pela observação estatística. É apenas sob esta condição que a pesquisa sociológica pode estabelecer regras, mantendo, por conseguinte, sua dimensão científica.

Dessa maneira, para facilitar o trabalho científico relativo à compreensão da ação/atividade social, Weber utiliza um dos conceitos centrais de sua teoria científica, que ele chama de tipo ideal.¹³

Ele estabelece por exemplo quatro tipos de ação: a ação racional com relação a um objetivo, ação racional com relação a um valor, ação afetiva ou emocional e ação tradicional. Essa construção possibilita ao sociólogo avaliar, por exemplo, se o curso real das coisas correspondia efetivamente ou não ao sentido visado subjetivamente pelos agentes ou visualizar o alcance da intervenção de elementos irracionais, de ordem acidental ou afetiva.

Como comenta Freund (1980), o tipo ideal é o instrumento principal de compreensão explicativa. É ele que permite a racionalização ou então a percepção lógica implícita ou explícita dos fatos, guiando, assim, a elaboração de hipóteses. Mais ainda, o tipo ideal permite o afastamento da realidade empírica para que se possa dominá-la teoricamente. Como tal, é sempre um instrumento, um quadro utópico para facilitar a pesquisa, na medida em que a realidade, as atividades concretas apresentam-se, em sua maioria, confusas.

A quantidade e espécies de tipos ideais variam de acordo com as necessidades da pesquisa. Da obra weberiana, por exemplo, pode-se destacar os tipos ideais de indivíduos históricos (como o capitalismo ocidental)

13 Julien Freund (1980) informa que Weber sempre negou ter inventado um novo instrumento metodológico ao propor a noção de tipo ideal, uma vez que não fez mais do que elaborar logicamente uma prática espontânea do historiador e do sociólogo que se referem constantemente no curso de suas explicações a um quadro ideal da atividade para compreender uma ação.

e os tipos que designam elementos abstratos da realidade histórica (como a burocracia e a dominação).

Para complementar este rápido esboço da construção teórico-metodológica weberiana, também chamada de individualismo metodológico, serão consideradas ainda as noções de fragmento e causalidade e a questão da neutralidade.

De acordo com Weber, o conhecimento da realidade social/cultural é impossível de ser apreendido na sua totalidade, sendo apenas possível que um fragmento dessa realidade possa constituir-se no objeto da compreensão científica. O método compreensivo busca, por conseguinte, a particularidade, os fenômenos culturalmente significativos. Tais fenômenos são ordenados a partir das esferas econômica, política, religiosa e outras e de conceitos unívocos criados pela sociologia.

Com relação à causalidade, as proposições em Weber, que se costuma chamar de "leis" da sociologia compreensiva, são na verdade probabilidades confirmadas pela observação. Apesar deste caráter hipotético e fragmentário, como ressalta Freund (1980), estas tendências probabilísticas são controláveis, adquirindo por isso mesmo relativa validade objetiva.

Por fim, cabe ainda dar destaque à questão da neutralidade, dos juízos de valor que ocuparam grande espaço na reflexão desenvolvida por Weber. Ele comenta, por exemplo, que *no setor de nossas atividades científicas, continuamente são introduzidos elementos da cosmovisão pessoal, bem como na argumentação científica. Eles sempre causam problemas fazendo com que nós atribuamos pesos diferentes na elaboração de simples relações causais entre fatos, na medida em que o resultado aumenta ou diminui a possibilidade da realização de nossas idéias pessoais* (Weber, 1992, p. 111). O reconhecimento do autor com relação a essa dificuldade

ia ainda mais além, Weber admitia a quase impossibilidade de não se valorar ao se escolher o objeto de pesquisa.

Acentuava, entretanto, que o trabalho científico deveria estar necessariamente despojado de valorações no seu desenvolvimento interno; que o cientista devia se submeter aos imperativos éticos de neutralidade e objetividade lógica sob pena de desvirtuar o caráter científico de sua atividade.

As repercussões das idéias diltheyanas nas proposições teórico-metodológicas de Weber constituem o primeiro momento da influência da hermenêutica sobre a epistemologia da sociologia. Sobre esta conexão, Ciddens (1998, p. 227-228) elaborou algumas considerações - relacionadas em seguida - que, ao meu ver, sintetizam uma visão crítica mais generalizada sobre as duas contribuições.

Algumas das principais tensões nos escritos de Dilthey (e nos de Max Weber) resultam da sua tentativa de combinar elementos da filosofia positivista com a concepção idealista da "filosofia de vida" advinda do desenvolvimento inicial da tradição das geisteswissenschaften. A "compreensão" da ação humana ou dos produtos culturais estava sujeita a ser, de acordo com Schleimacher, um processo de re-experimentação e re-representação das experiências interiores de outros. Mas ao mesmo tempo, esse processo não se relacionava mais à mera intuição: era um processo que tinha que se tornar a

base de uma história científica e que consequentemente se constituía no elemento básico do método das ciências humanas. E acrescenta que Dilthey não conseguiu reconciliar, como queria, subjetividade e objetividade, dentro de uma articulação fortemente influenciada pelo empirismo.

Finalmente, o referido sociólogo inglês coloca que a o abandono da *verstehen* "como mera propedêutica"¹⁴ invalida grandes elementos da tradição das *geisteswissenschaften* e que a preocupação com o caráter de "sentido" da conduta humana e da cultura, que caracterizava aquela tradição foi abandonada na filosofia positivista que buscava reduzir tal caráter ao conteúdo da "observação empírica".

Tentarei mostrar no próximo capítulo como essa noção será retomada no debate hermenêutico e como irá repercutir na discussão epistemológica das ciências sociais.

5. A retomada do debate hermenêutico por Gadamer e seus reflexos em correntes inovadoras das ciências sociais

O debate hermenêutico foi retomado em 1960 pelo filósofo Hans-Georg Gadamer. Sua oposição às idéias defendidas por Dilthey é muito clara. Ele não só declara-se contra ao que ele denomina de "alienação

¹⁴Giddens possivelmente está se referindo aqui à contribuição weberiana. Na sua visão, Weber foi influenciado apenas em parte pela tradição hermenêutica, tendo tirado suas idéias metodológicas de Rickert e da Marburg School.

metodológica" como também afirma que a objetividade é ilusória.

Na sua visão, o método científico não é a única via para o conhecimento. No caso da hermenêutica que busca o conhecimento através da compreensão interpretativa há um entrelaçamento do sujeito e objeto. Pois, como explica o autor, na medida em que o homem compreende, a compreensão é constitutiva do ser. Por isso, ele adverte que a compreensão como método de base científica - que pressupõe objetividade - implica alienação, pois leva a um esquecimento do ser.

Um outro aspecto fundamental da hermenêutica ontológica desenvolvida por Gadamer está associado à recuperação da noção heideggeriana de pré-estrutura da compreensão, segundo a qual só conhecemos aquilo que estamos preparados para conhecer. Assim, para Gadamer (1993, p. 337), o "pré-juízo" não significa de modo algum juízo falso, sendo contudo um conceito que pode ser valorado positiva ou negativamente. Observa, então, que após o Iluminismo o referido conceito passou a ter o significado de "juízo não fundamentado" uma vez que a fundamentação passou a estar associada e garantida pelo método científico. Questionando a veracidade desta conclusão "típica do espírito realista", o autor procura evidenciar a possibilidade de pré-juízos legítimos e afirma que *só se confere ao problema hermenêutico toda a agudeza de sua dimensão com o reconhecimento de que o pré-juízo faz parte do caráter essencial de toda a compreensão*. Em outras palavras, o que o sujeito conhece participa na construção do pensamento.

A essa noção estão atrelados outros pontos básicos do pensamento gadameriano. Entre eles a noção de "história efetiva", assim colocada por Gadamer (1993, p. 334) *os pré-juízos de um indivíduo, muito mais que seus juízos, são a realidade histórica de seu ser*. Os pré-juízos estão ligados

dessa maneira à experiência, às tradições; são idéias contextualizadas historicamente. Outra relação que envolve a dimensão histórica é a que Gadamer chama de "fusão de horizontes"¹⁵. Na sua percepção, na relação do intérprete com o texto – para o qual ele advoga uma autonomia – há um processo de fusão do horizonte histórico do texto com o do leitor. Ocorre, por assim dizer, uma certa atualização da linguagem, como um processo de presentificação do passado. A linguagem para Gadamer, portanto, não está monadicamente fechada; ela é porosa, podendo absorver um novo conteúdo e é justamente isso que permite a fusão de horizontes. Na concepção gadameriana, a linguagem e realidade são inseparáveis, estando, também, a compreensão e linguagem imbricadas.

Observa ainda Gadamer que na lógica hermenêutica, de pergunta e resposta, há uma relação dialógica no processo de interpretação. Por isso a tarefa da compreensão não deve ser entendida como uma tentativa de recapitulação da intenção original do autor; o sentido do texto não pode estar restrito à mente do autor. Há uma relação de intersubjetividade, ocorrendo, no seu entendimento, uma espécie de jogo que contribui para a superação da subjetividade tanto do intérprete quanto do autor. E na medida em que não existe uma interpretação canônica, esse jogo se torna mais amplo na discussão/debate das diversas interpretações.

Em síntese, na contribuição revitalizadora de Gadamer, como ressalta Giddens (1998, p. 228),

a noção de Verstehen vai ser reelaborada de modo a separá-la de sua dependência da idéia

¹⁵Como indica o próprio Gadamer (1993, p. 377) é a partir da consciência do passado que se recupera o próprio horizonte compreensivo do presente; e complementa dizendo que "na realização da compreensão tem lugar uma verdadeira fusão de horizontes", na qual o horizonte histórico é superado.

de "re-representação" e de "revivência" das experiências dos outros. Assim, para Gadamer a compreensão não é um procedimento especial de investigação apropriada para o estudo da conduta social, mas a condição ontológica da intersubjetividade como tal; não com base no entendimento empático da experiência dos outros, mas no domínio da linguagem como meio de organização significativa da vida social humana.

Como coloca ainda Giddens (1998, p. 229), a associação dessa noção à linguagem como meio de intersubjetividade possibilitou pontos de conexão direta com a filosofia pós-positivista da ciência. Com efeito, se toda "compreensão" ocorre por meio da apropriação das articulações de significado¹⁶, ela deixa de ser vista como um procedimento que distingue as ciências sociais das naturais, mas como um procedimento comum a ambas.

De fato, as ciências naturais ao desenvolverem articulações, organizadas em rede, e descontinuidades na progressão de teorias científicas, coloca problemas hermenêuticos similares aos relativos à mediação das articulações de significado em outras esferas de atividade; as ciências sociais, por sua vez, já estão naturalmente preocupadas com um mundo pré-interpretado, no qual as articulações de significado estão integradas com seu objeto temático ou seja com a intersubjetividade da vida prática social.

Cabe ainda acrescentar que as idéias gadamerianas em muito vão

16 Giddens chama também a atenção para o fato que o reconhecimento da significação e das articulações de sentido, bem como de sua mediação, aparece tanto em Gadamer quanto em Kuhn.

contribuir para acentuar e enriquecer o debate hermenêutico. Alguns autores como Habermas, Betti, Hirsch, Apel e Ricoeur irão se reportar, em seus respectivos construtos, à hermenêutica ontológica ora questionando alguns dos seus fundamentos /perspectivas ora agregando aspectos complementares ao pensamento de Gadamer.

Diante do exposto, pode-se também afirmar que a visão gadameriana de *verstehen* vai estar refletida em algumas correntes inovadoras na sociologia como a fenomenologia, a etnometodologia e o interacionismo simbólico. Nessas proposições teórico-metodológicas as questões da relação sujeito e objeto, da objetividade e subjetividade, da utilização fundamental de técnicas como a observação participante, são colocadas a partir de elementos advindos da relevante contribuição da tradição hermenêutica para a filosofia da ciência.

Estas novas alternativas de interpretação da realidade social irão contribuir, por outro lado, juntamente com outros fatores para o fenômeno que Ciddens irá qualificar de "queda do consenso ortodoxo". Este será um dos tópicos a serem abordados no capítulo final.

6. A queda do consenso ortodoxo, a incorporação de elementos hermenêuticos num possível paradigma epistemológico da sociologia

As orientações metodológicas clássicas abordadas no desenvolvimento deste trabalho tiveram, sem dúvida, papel preponderante no processo de constituição da sociologia.¹⁷ Tanto que o primeiro autor a tentar estabelecer

17Ciddens (1998) reiterando este ponto de vista, ao afirmar que existem provavelmente várias razões para se explicar a importância clássica e que, sem dúvida, uma delas é a metodológica.

uma grande teoria sociológica -algo semelhante ao que Thomas Kuhn iria chamar de paradigma - tomou como ponto de partida o pensamento dos diferentes "pais fundadores". Foi Talcot Parsons, de fato, que pôs em evidência a idéia, como lembra Giddens (1998) de que devia-se à "geração de 1890-1920" - basicamente Durkheim e Weber - o rompimento definitivo com formas de interpretação social mais especulativas, tendo aberto, dessa maneira, caminho para uma fundação adequada da estrutura teórica da sociologia. E esse foi o seu intento ao escrever o clássico "A estrutura da ação social".

Apesar de ter sido publicado em 1937, esse livro só conseguiu uma repercussão substancial no período que sucedeu ao término da II Guerra Mundial. Como Giddens e Turner (1998) assinalam, a sociologia passou a ser dominada, no mundo de língua inglesa basicamente, pelas perspectivas teóricas americanas agendadas sobretudo por Parsons. Deste modo, um conjunto de pontos de vista do empirismo lógico, associados a uma nova perspectiva funcionalista, tenderam a prevalecer sobre o resto. Esta perspectiva, que conseguiu uma aceitação mais geral, tinha como parte essencial de seus pressupostos metodológicos a idéia de que não havia diferenças lógicas fundamentais entre as ciências naturais e as sociais. Assim, como é salientado por Giddens e Turner (1991, p. 10), muitos autores, *insistiam na verificação dos conceitos e proposições e tinham certa inclinação para construir teorias de corte hipotético-dedutivo.*

De forma mais sistematizada, Giddens (1983) propõe três características desse consenso que ele qualifica de "ortodoxo". Primeiramente ele destaca a influência da filosofia positivista como seu referencial lógico. O objetivo era produzir o que Radcliff Brown se referiu uma vez como "ciência natural da sociedade". Em segundo lugar, ele aponta a influência do

funcionalismo estruturalista parsoniano em termos metodológicos. E finalmente, com relação ao seu conteúdo, uma terceira que indica a influência predominante das concepções de "sociedade industrial" e "teoria da modernização".

A combinação desses três elementos compôs um corpo referencial de uma *mainstream* para a sociologia e, em certa medida, para as ciências sociais em geral, que, apesar de sua heterogeneidade e dos questionamentos oriundos sobretudo de seguidores da teoria marxista, manteve-se predominante até a década de 70. Essa unidade da sociologia, segundo Ciddens refletia-se até nos temas de debate e confrontos que nunca chegavam a resultados decisivos.

O processo de dissolução desse consenso está seguramente associado, como afirma Ciddens, ao crescimento de ataques críticos contra o positivismo na filosofia das ciências sociais e contra o funcionalismo. Mas sua queda não pode estar relacionada unicamente à crítica intelectual. Há que se levar em conta também as mudanças ocorridas no mundo social. O período de crescimento econômico, que se manteve estável na parte desenvolvida do mundo ocidental até a década de 70, foi interrompido por crises, retrocessos e conflitos. Essas transformações, conclui Ciddens, levaram por água abaixo teorias baseadas na estabilidade da sociedade industrial, tendo implicações diretas sobre problemas de ordem lógica e metodológica.

As dissidências e confusões que se intensificaram então na sociologia são indicativas para Alexander (1987) do começo da era pós-funcionalista. Segundo o autor, contra a dominação do funcionalismo, em linhas gerais, empreenderam-se duas "revoluções". Uma relacionada às escolas de microteorização que acentua o caráter contingente da ordem social e a

centralidade da negociação individual; a outra voltada para escolas de macroteorização que enfatizam o papel de estruturas coercitivas na determinação do comportamento individual e coletivo.

Esses enfoques teóricos, entretanto, começam a declinar em razão de sua unilateralidade que, no entender de Alexander, gerou contradições internas tanto na tradição macro como na micro, tornando impossível a sustentação de ambas.

No entanto, na visão de Alexander, está em curso um novo movimento teórico na sociologia que pode ser revelado pelo estudo do revisionismo dentro das tradições micro e macro. Como mostra Alexander, os argumentos discursivos que são gerados por crítica e resposta acabam contribuindo para iluminar os pontos fracos das duas tradições. Facilitam, dessa maneira, aberturas ou cruzamentos entre tradições que um dia foram claramente distintas.

Alexander lembra, entre outros exemplos, o caso de Habermas que começou sua carreira com um modelo tipicamente macroestrutural da dinâmica social. Observa, então, que *embora existam nesse primeiro trabalho claras referências a elementos morais e diferentes tipos de ação, esses elementos são residuais em relação a seu modelo pesadamente econômico da vida institucional*. Salienta, em seguida, que Habermas em 1984 passa a desenvolver *explícita e sistematicamente teorias sobre os processos micro e normativos subjacentes, e muitas vezes opostos, às macroestruturas dos sistemas sociais*.

Ao mesmo tempo, Alexander mostra também “desenvolvimentos surpreendentes” ocorridos em tradições micro, como no caso do interacionismo simbólico. Salienta que *embora Goffman tivesse começado sua carreira mais ou menos dentro da tradição radicalmente contingente de*

Blumer, aparece em seus escritos posteriores uma mudança dramática em direção a questões estruturais e culturais. E acrescenta: as estratégias criativas dos atores ainda são o objeto de predileção de Goffman, mas ele agora se refere a elas como instâncias de estruturas culturais e de estratificação da vida cotidiana.

Assim, está claro para Alexander o fato de que onde existia, há alguns anos atrás, um clima inteiramente favorável a teorias radicais e unilaterais, ouve-se contemporaneamente a exortação a uma teorização de tipo completamente diferente. E complementa afirmando que o que está na ordem do dia nos centros da sociologia ocidental (Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos) é mais propriamente uma teoria que busque a síntese do que uma que insista na polêmica.

Aponta ainda Alexander, que esse novo movimento teórico continua avançando em diversas frentes e sob vários nomes. Observa, por exemplo, o renascimento - verificado sobretudo na antropologia - dos estudos culturais em geral, associados, entre outras coisas, a um interesse renovado pela filosofia hermenêutica e pelo florescimento da semiótica. E, finalmente, adianta que no seu entendimento a chave para o seu avanço continuado para uma teoria verdadeiramente multidimensional é o reconhecimento mais direto da centralidade da cultura como significado coletivamente estruturado. Reconheço, porém, que há um abismo crescente entre a maioria das novas tendências sintéticas em teoria geral e a atenção à teoria da cultura que tem caracterizado a nova teorização macro em suas formas mais substantivas. E conclui que só se os teóricos gerais estiverem preparados para entrar no campo dos estudos culturais - equipados é claro com seu instrumental sociológico - é que a ponte pode ser gradualmente construída sobre o abismo. E finaliza: desta vez, porém, a teorização sobre a cultura

não pode degenerar em camuflagem para o idealismo e nem deve ser cercada para uma aura de objetividade que esvazia a criatividade e a rebelião contra as normas.

Giddens (1983) concorda que a fase atual de desenvolvimento da teoria social esteja em andamento e também que ela requeira reconstrução em várias frentes. Considera, entretanto, improvável que ela venha recapturar o consenso da velha ortodoxia. Se, por um lado, Giddens demonstra um certo ceticismo em torno do restabelecimento de uma grande teoria geral de maior consenso na sociologia, por outro lado, ele parece acreditar na formação/existência de uma base epistemológica mais consensual na sociologia.

Nesse sentido, ele tem enfatizado, em vários trabalhos recentes, sua convicção com relação à relevância da hermenêutica não só para as ciências sociais como para as naturais. A influência hermenêutica na filosofia da ciência fez com que ela passasse a ser considerada como um empreendimento interpretativo, de modo que os problemas de significado, comunicação e tradução adquirem uma relevância imediata para as teorias científicas.

Giddens (1983) vai, inclusive, propor "uma teoria social hermeneuticamente informada". Chama, por conseguinte, a atenção para a revitalização da hermenêutica a partir dos filósofos pós-Wittgensteinianos, como Gadamer e Ricoeur. Recomenda, entretanto, que as idéias desses autores sejam recebidas criticamente.

Com essa preocupação, ele visualiza duas tarefas hermenêuticas na sociologia. A primeira associada à própria matéria social com que trabalha o sociólogo, sendo ela mesma, como comenta Cardoso de Oliveira (1998), produto das representações sociais. A segunda corresponderia ao trabalho

interpretativo dessa matéria desenvolvido pelo cientista em linguagem técnica. Esse processo que ele chama de "dupla hermenêutica" liga as teorias sociais, como articulações de significado àquelas que já são parte constitutiva da vida social.

Giddens irá aprofundar os reflexos dessa nova perspectiva teórico-metodológica na sociologia no seu *Novas Regras do Método Sociológico*, publicado em 1993. Nele, o autor analisa alguns modelos da sociologia interpretativa juntamente com algumas das tradições sociológicas como Durkheim, Marx e Parsons. Como coloca o próprio Giddens (1996, p. 10), o *Novas regras analisa particularmente as questões de ação, estrutura e transformação social; o seu ponto de incidência assenta na natureza da "ação" para a lógica das ciências sociais*. Nesse exercício de clarificação lógica, o autor chega a fazer afirmações conclusivas - que ele ironicamente chama de regras - de alguns temas tratados no livro, com o objetivo de exemplificar as suas diferenças em relação ao clássico durkheimiano.

O que se pode concluir relativo ao que Giddens e outros autores parecem indicar como constitutivo de um novo referencial básico epistemológico em expansão na sociologia, está centrado no processo de superação da dicotomia tradicional entre *erklären* e *verstehen*. Este tema é abordado por Cardoso de Oliveira (1998) que faz uma equação desse processo, de forma original, denominando-o de "dupla interpretação". Tentarei, portanto, à guisa de conclusão, sintetizar suas colocações.

Cardoso de Oliveira (1998, p. 97) considera o conceito de interpretação mais extenso - logicamente falando - que os de explicação e compreensão, na medida em que os recobre, totalizando-os em uma única categoria cognitiva. Com a compreensão e a explicação adjetivando a interpretação, passa-se a reconhecer que *não há descrição, por mais intencionalmen-*

te objetiva que seja, sem um mínimo de interpretação. Enquanto a interpretação explicativa decorre de análises formais ou formalizantes, sob o signo de procedimentos nomotéticos, a compreensiva procura dar conta de significações apreensíveis por uma abordagem hermenêutica.

Procura, em seguida, evidenciar - com base em argumentos do filósofo Paul Ricoeur - que essas duas modalidades guardam entre si uma relação dialética. Tomando como referência a imagem do "arco interpretativo" criada por Ricoeur, Oliveira dá, como exemplo, a prática etnográfica em que o pesquisador pode passar de uma "compreensão ingênua", quase uma intuição daquilo que lhe é dado à percepção, a uma "compreensão sábia", uma indução mediada pela explicação nomológica, que estaria no vértice do arco interpretativo.

Sustentando-se, assim, na argumentação de Ricoeur - que por sua vez se ampara no pensamento de Karl-Otto Apel - Cardoso de Oliveira (1998, p. 100) sugere que *a explicação e a compreensão podem se constituir em modalidades de interpretação até certo ponto complementares; a primeira, voltada para a identificação de regras e de padrões suscetíveis de um tratamento proposicional e a segunda voltada para a apreensão do campo semântico em que se movimenta uma sociedade particular.*

Sinaliza, desse modo, que a articulação das duas linhas interpretativas - guardadas suas autonomias - pode ser necessária no processo de produção do conhecimento. As possibilidades cognitivas de cada uma delas estão relacionadas ao objeto de estudo. Existem investigações em que uma metodologia objetivista pode servir ao aperfeiçoamento da interpretação; outras nas quais pode se acentuar o que Ricoeur chama de "excedente de sentido" e que não pode ser apreendido por via metódica.

Cardoso de Oliveira ressalta, por fim, duas conseqüências básicas,

na prática científica, da não exclusão da validade dos dois tipos de interpretação: a primeira relacionada à superação do mito da objetividade absoluta e a segunda à rejeição do interpretativismo em sua feição "pós-moderna".

Finalmente, resta acrescentar que, ao meu ver, o reconhecimento da validade do conhecimento advindo de ambas as interpretações representa hoje uma posição epistemológica em expansão na sociologia. Ele decorre, sem dúvida, de um longo processo histórico, no qual a influência da hermenêutica moderna sobre a filosofia das ciências sociais é bastante significativa.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, J.C. O Novo Movimento Teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.2, n.4, p.05-28, 1987.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo/Brasília, Martins Fontes/UnB Ed., 1986.
- CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. A dupla interpretação na antropologia. In: O TRABALHO do antropólogo. Brasília; São Paulo, Paralelo 15/Unesp Ed., 1998.
- DILTHEY, W. The Construction of the Historical World in Human Studies. In: H. P. Rickman (Org.). *Dilthey. Selected writings*. Londres, Cambrige University Press, 1979. p.170-245.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Ed. Nacional, 1984.
- _____. *A ciência social e ação*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.
- _____. As formas elementares de vida religiosa. In: *Durkheim*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).
- FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da sociologia. In: FORACCHI,

- Marialice; MARTINS, José de Souza (Org.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro, Livros Tec. e Cient. Ed., 1997.
- FREUND, Julian. **A sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro, Forense, 1980.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y método**. Salamanca, Ediciones Sígueme, 1993.
- GIDDENS, Anthony. Hermeneutics and Social Theory [1983]. In: SHAPIRO, Gary; STÇA, Alan (Org.). **Hermeneutics: questions and prospects**. Amherst, The University of Massachusetts Press, 1984. p.215-230.
- _____. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.
- _____. **As novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas**. Lisboa, Gradiva, 1996.
- _____. e Turner, J. (Org.). **Introducción**. In: LA TEORIA SOCIAL, hoy, México D. F., Alianza Editorial, 1991.
- MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo, Nova Cultural, 1986. (Os economistas).
- MENZEL, Adolfo. **Introducción a la sociologia**. México D. F., Fondo de Cultura Ed., 1941.
- MORAES FILHO, Evaristo de.(Org.). **Auguste Comte: sociologia**. São Paulo, Ática, 1983.
- REIS, Elisa. Comentários ao Ensaio 'O Novo Movimento Teórico' de J. C. Alexander. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.2, n.4, p.36-38, 1987.
- WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo, Cortez/Ed. UNICAMP, 1992. (Partes I e II).